

Projeto da Uergs entra em fase decisiva

Já está na Assembléia Legislativa o projeto que cria a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). Segundo a secretária de Educação, Lucía Camini, o objetivo é construir uma universidade adequada ao novo século e sintonizada com o desafio de implementar um novo modelo de desenvolvimento para o Estado e o País. Se for aprovado na forma e prazos pretendidos pelo governo do Estado, o projeto começa a sair do papel ainda este ano.

Páginas 6 e 7

Robert Rauschenberg



A responsabilidade também é nossa

O Congresso da Andes continua na mesma dinâmica de levar seus delegados à exaustão. A plenária de encerramento, que chegava a durar 12 horas, após três dias de debates, desta vez demorou quase 20 horas, depois de quatro dias de reuniões em três turnos.

O pior desta prova de resistência é passar por um estágio em que as discussões não são permitidas. Quem discorda é calado. Nas plenárias, as discussões são limitadas a esclarecimentos em relação aos relatórios dos grupos e, em seguida, à votação. Ao contrário da direção anterior da Andes-SN, que era acusada de não seguir as deliberações da base, esta diretoria faz o que a base quer, desde que a vontade da base seja, também, a sua vontade.

O movimento docente já deu mostras, no passado, de sua capacidade de elaboração e construção de propostas alternativas para os movimentos sociais, sem abdicar de sua posição nem necessitar se travestir de operário para ser respeitado. Hoje, somos levados a "vestir" um uniforme de operário, inclusive elaborando um discurso simplificador, como se isso não identificasse mais com os movimentos sociais. Este é um erro que nos faz uma caricatura do que somos.

O Sindicato Nacional abriga concepções de pessoas que, renegadas na sua instituição, buscam na Andes-SN um refúgio de legitimação. Temos de reagir se quisermos manter nossa capacidade de articulação com os movimentos sociais e avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Não podemos deixar a entidade ser dominada por visões de curto prazo, em que o neoliberalismo no Brasil e, após, no mundo seria derrotado com uma greve unificada dos servidores públicos federais em luta por um reajuste linear.

Este argumento é simplista até porque o capital se reorganiza. Aprendeu com a derrota de 1918. Assim como o grupo que

dirige a Andes-SN supera suas divergências para se manter no poder, o capital – hoje os neoliberais – saberão se reagrupar para manter os seus lucros. Quando a burguesia nacional reclama suas perdas, não nos enganemos: ela está apenas buscando uma recomposição de forças com o capital internacional para perpetuar sua exploração.

A Andes-SN é insensível e incapaz de fazer uma análise de conjuntura que leve em conta as divergências da burguesia e saber explorá-las para derrotar o capitalismo. Para a direção, a burguesia somente assume duas posições: está coesa e, portanto, forte ou está dividida e, conseqüentemente, enfraquecida, pronta para ser derrotada. Esquece que ela pode estar forte, mas não coesa e, por se sentir forte, coloca suas divergências a público.

Por isso, devemos nos unir para enfrentar as graves ameaças que atingiram a universidade pública. Se depender da direção nacional o futuro é pouco promissor. No caso da GID, por exemplo, a omissão da Andes-SN acabou contribuindo para a aprovação da sua pior versão. Fugindo do espaço institucional, acabará contribuindo para que o projeto do governo seja implementado na forma mais perversa possível. Se a direção da Andes mantiver essa postura, o governo não encontrará obstáculos para implantar seu projeto neoliberal de emprego público.

A Adufrgs não fugirá do compromisso de lutar para que, na implementação da GID, os efeitos para os professores sejam os menos danosos possíveis, a exemplo do que aconteceu com a GED. E nos faremos presentes sempre que o governo ameaçar a universidade pública mesmo que, para isso, seja necessário confrontar a direção nacional da Andes-SN.

Entendemos que a universidade pública é um patrimônio que não pode ser colocado em risco pela irresponsabilidade de alguns dirigentes que sobrepõem seus projetos pessoais aos coletivos.

Assédio Sexual

Uma pesquisa realizada pelo governo japonês revela que mais de dois terços das funcionárias públicas do Japão e mais da metade dos empregados públicos de ambos os sexos sofrem alguma forma de assédio. Apesar da introdução de leis proibindo este tipo de agressão, muitas mulheres que trabalham nos ministérios do governo ainda sofrem com perguntas sobre sua idade e aparência, além de piadas no escritório, mostrou a pesquisa. Outro levantamento mostrou que as denúncias de assédio sexual aumentaram 35% no ano passado. Metade foi feita por mulheres trabalhadoras. Em cerca de 10% dos casos, as mulheres disseram que foram tratadas de forma injusta por seus superiores, depois de se recusarem a fazer sexo com eles.

Operação deficitária

Só a metade dos U\$ 200 mil gastos na operacionalização da teleconferência Porto Alegre/Davos foi recuperado. Motivo: a prioridade era dar visibilidade e repercussão a uma iniciativa histórica. "Vendemos o direito de transmissão para a Globo News por apenas U\$ 2 mil porque, politicamente, era importante dar um caráter oficial ao debate", conta Gonzalo Arijón, um dos idealizadores da teleconferência.

Lucro histórico na Petrobras

A Petrobras teve um lucro líquido de R\$ 9,9 bilhões no ano passado. Isso representa 466% acima do registrado em 1999. A alta nos preços do petróleo é indicada como a principal causa do lucro extraordinário.

A Vale vai bem, obrigado

A Cia. Vale do Rio Doce, ex-estatal vendida durante o primeiro mandato do presidente-sociólogo, obteve um lucro recorde de R\$ 2,13 bilhões no ano passado. A cifra é a maior já registrada por uma empresa privada no País e representa dois terços do valor que os cofres públicos receberam pela venda da estatal.

10 milhões de dólares por ano

Segundo a Pearl Meyer & Partners, uma empresa de consultoria empresarial nova-iorquina (Estados Unidos), os salários dos altos executivos norte-americanos não param de crescer. A notícia saiu no jornal "The New York Times". A pesquisa abrangeu 51 empresas de diversas áreas e concluiu que, em média,

esses recebem U\$ 10,9 milhões ao ano. Em relação ao ano passado, um aumento de 16%. Segundo o relatório, desde 1995, a renda dos grandes executivos aumentou mais de 100%. "Isto certamente representa um marco histórico na questão dos salários dos executivos", afirmou Pearl Meyer, ao diário norte-americano.

Remédios custam mais para quem mais precisa

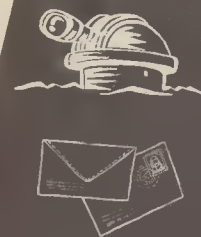
A lei da oferta e da procura está matando pessoas na África. Segundo estudo divulgado no último dia 16, os africanos pagam mais que europeus ou norte-americanos por medicamentos para doenças de grande incidência no continente africano. O estudo monitorado pela farmacêutica norueguesa Kirsten Myhr, revela que, na Europa, medicamentos para a Aids custam a metade do valor cobrado na África, onde a doença é epidêmica. "Isso é ridículo", reclama Myhr. "Na Noruega só se vendem umas poucas caixas de remédio contra a malária, e a bula tem que ser reescrita em uma língua nórdica. Ainda assim, o produto custa metade do preço".

Apoio à luta pela universidade pública

A Câmara de Vereadores de Porto Alegre aprovou em sessão plenária dia 16 de fevereiro uma Moção de Solidariedade aos estudantes, funcionários e professores das universidades públicas pela luta por um ensino superior gratuito e de qualidade. O requerimento, encaminhado pelo vereador Aldacir Oliboni (PT), também repudia o último relatório publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o Brasil. Nete, o FMI sugere, entre outras medidas, a extinção dos investimentos públicos nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Dois mil idiomas correm risco

Das 4 mil línguas faladas no planeta, pelo menos a metade corre risco de extinção. A informação é da Unesco, que no último dia 21 de fevereiro comemorou o Dia Internacional da Língua Materna. A maioria dos idiomas ameaçados é falada por pequenos grupos, em lugares isolados, como Sibéria, ilhas do Pacífico ou áreas habitadas por aborígenes. A Unesco deve publicar, pelo segundo ano consecutivo, um atlas localizando os idiomas do mundo.



Diretoria

Presidente: Rubens Weyne;
1º Vice-Presidente: Marilene Schmarczek;
2º Vice: Félix González;
1º Secretário: Mário Wrege;
2º Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Vanderlei Carraro;
1º Suplente: Tatiana Montanari;
2º Suplente: Carmem Lucia Bezerra Machado

CONGRESSO NACIONAL

Andes faz 20 anos e afirma: Uma outra universidade é possível

Trinta e dois líderes dos movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos participaram da abertura do 20º Congresso da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-Sindicato Nacional), dia 15 de fevereiro, no Rio de Janeiro. Segundo o presidente da entidade, professor Roberto Leher, a solenidade foi marcada pela identificação da política autônoma e democrática que caracterizou os 20 anos de existência da entidade.

A professora aposentada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Miriam Limoeiro, prestou homenagem a dois educadores libertários: Florestan Fernandes e Maurício Tragtemberg, "diferentes na trajetória pessoal mas tão semelhantes na defesa do ensino público". Miriam lembrou, também, a importância do Fórum Social Mundial para os movimentos sociais. "Seguindo o mote de Porto Alegre, um outro mundo é possível, podemos dizer que uma outra sociedade e uma outra universidade pública, gratuita, laica e de qualidade tam-

bém são possíveis. Mas só se nós a construirmos, e sua forma dependerá do embate das forças sociais que se agregarem para construí-la". Ela considera que a Andes-SN, ao longo de seus 20 anos, contribuiu muito para a construção de alternativas de concepção de universidade, de escola e de sociedade. "A importância do movimento docente nas lutas pela transformação da universidade e da sociedade brasileira decorre, especialmente, da sua organização autônoma e democrática, e da combatividade que, de um modo geral, tem marcado a sua história".

Outro depoimento que marcou a abertura do 20º Congresso foi o do líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) João Pedro Stedile. Para o representante do MST, os movimentos sociais se encontram em meio à disputa de três projetos claros. O neoliberal – ou neocolonial, como classificou a professora Maria da Conceição Tavares –, que levará o país de volta à condição de colônia. "Este projeto nos obrigará a abando-

nar a idéia de nação e de povo. Para isso, pretendem implantar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), dolarizar a economia e entregar o resto das estatais ao sistema financeiro internacional", disse Stedile. E acrescentou: "o projeto neoliberal está desgastado. As novas ações dos movimentos sociais contrários às políticas de desemprego, ajuste fiscal e privatizações são reconhecidas a partir do Fórum Social de Porto Alegre."

Stedile adverte que as elites brasileiras estão se dando conta deste novo movimento popular e apressam-se em apresentar um outro projeto, que somente na aparência difere do atual. As elites, a imprensa e o próprio governo forjam candidatos com promessas de pequenas reformas sociais, que não alterariam a essência do atual modelo econômico brasileiro e sua dependência do capital internacional. Na avaliação do dirigente dos sem-terra, candidaturas como as de Tarso Jereissati, José Serra, Paulo Renato, Garotinho, Ciro Gomes e até mesmo do petista Cristóvam Buar-

que representam esta tendência de reformismo conservador. Itamar Franco, por sua vez, foi descrito como "representante de um nacionalismo sem coragem de enfrentar as causas reais da dependência brasileira".

A alternativa, na opinião de Stedile, é o rompimento da política econômica com os organismos internacionais e a construção de movimentos populares que façam frente às políticas governamentais. Neste sentido, defendeu a construção de uma frente popular que aglutine os movimentos sociais, partidos de esquerda e sindicatos em torno de um projeto democrático e popular.

Movimento contra a Alca

Maria Cristina de Moraes, Eduardo Malhado Baldijão, Márcio de Oliveira, Sadi Dal-Rosso e Oswaldo Maciel, todos ex-presidentes da Andes-SN, participaram da mesa de abertura do Congresso. Todos os depoimentos enfatizaram o desafio de construir uma entidade referenciada nas decisões da categoria.

Congresso aprova MP da GID

No último dia 12 de fevereiro, o Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória que trata da implementação da Gratificação de Incentivo à Docência (GID). A Lei garante benefícios salariais aos professores do ensino médio das instituições federais de ensino público. Na prática, ela pouco difere da regra que regulamenta a gratificação aos professores das instituições superiores – a Gratificação de Estímulo à Docência. Assim como a GED, o cálculo do benefício também é dividido em duas partes – 60% para todos os docentes que o solicitarem e 40% a partir da pontuação obtida pelos professores.

Os critérios para o cálculo dos 40% restantes levam em consideração aspectos como carga horária em sala de aula, número de alunos sob responsabilidade do professor, avaliação qualitativa das aulas e participação do professor em "projetos de interesse da instituição".

Segundo Jorge Barreto, diretor do Colégio Aplicação e presidente do Conselho Nacional dos Diretores dos Colégios de Aplicação, serão criadas comissões dentro de cada universidade, mas sem autonomia em relação ao Ministério da Educação. "Temos que mandar o nosso regulamento ao MEC para publicação no Diário Oficial".

A comissão que vai tratar do assunto na Ufrgs deve estar começando a ser formada nas próximas semanas. "Vamos trabalhar o mais rápido possível, porque hoje todos os professores recebem apenas 60% da GID", explica Barreto.

Os valores entre GID e GED são díspares. Segundo Barreto, a gratificação aos professores de ensino

médio e fundamental representa cerca de 40% do valor destinado aos docentes dos cursos superiores. "Em um colégio de ensino médio federal, a qualificação dos professores é igual à dos professores das Faculdades, também temos mestres doutores", reclama.

Barreto diz ainda que os docentes de ensino médio são "penalizados" no segundo parágrafo do artigo primeiro da lei. Segundo este item, mesmo que todos os professores tenham direito à integralidade da remuneração, apenas 73% deles poderão recebê-la.

Segundo o diretor do Colégio Aplicação, a lei dificulta o vencimento integral para três categorias: docentes cedidos para exercício de cargo de natureza especial a outras instituições públicas federais; os que estiverem em exercício de cargos de direção ou função gratificada e, ainda, os que estiverem afastados para cursos de pós-graduação em outras universidades. Essas categorias estão descritas no artigo quatro da lei como casos excepcionais, onde só poderão receber 60% do valor máximo.

Para a transição à aposentadoria, o cálculo usado para a incorporação do benefício ao salário deve levar em conta a "média aritmética dos últimos 24 meses anteriores à aposentadoria". A Lei ainda afirma que apenas os professores que estiverem recebendo o benefício dois anos antes da aposentadoria poderão incorporar a GID à aposentadoria.

Para o cálculo do benefício durante as férias, a Lei afirma que deve ser levado em consideração os valores médios obtidos nos 12 meses "imediatamente anteriores à competência do efetivo pagamento".

Mulheres lutam por um novo mundo

As mulheres querem um novo mundo, que suplante a "cultura e as relações embasadas na desigualdade entre os sexos, entre as raças e as etnias". É essa a mensagem do 8 de março de 2001, Dia Internacional da Mulher. Para lembrar a data, a coordenação unitária do 8 de Março elaborou uma série de eventos que está sendo realizada desde o início do mês. No dia 8, foi feita uma sessão especial na Câmara Municipal de Porto Alegre e uma audiência pública com o prefeito Tarso Genro. Para encerrar o dia, houve show o musical "Agora eu sou uma estrela", no auditório Araújo Vianna.

Dando prosseguimento à programação, que se estende também pelo interior do Estado, com atividades em Pelotas e caxias do Sul, às 18h30min do dia 13, será lançado o Calendário 2001 sobre mulheres, no Via Café (rua Comendador Reinglantz, 70, bairro Auxiliadora, em Porto Alegre). Dia 19, inicia o Projeto de Acolhimento e Escuta às Mulheres do Serviço Jurídico, na Faculdade de Psicologia da PUC. No mesmo local, dia 29, é a vez do painel "Violência e Gênero – Coisas que a gente não gostaria de saber".

FSM - 2001

Os quilombos ainda vivem

Os quilombos existem e há quatro séculos clamam por socorro. Muito se discute no Brasil sobre a demarcação das terras indígenas, mas a maioria das comunidades negras, pelo menos as poucas que foram reconhecidas pelo governo federal, também sofre com a invasão de suas terras.

É o que acontece no litoral norte de São Paulo, onde a Área Remanescente de Quilombos está assustada com ameaças de grileiros e empreendedores imobiliários. Segundo o delegado de polícia de Ubatuba, homens armados tentam impedir a passagem das famílias que vivem na área. Os invasores ocupam 890 hectares que pertencem à comunidade. Esta situação aflige uma região oficialmente reconhecida como pertencente aos descendentes de escravos. Mas existem, ainda, cerca de dois mil quilombos em todo o território brasileiro, de acordo com o diretor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado da Bahia, Valdério Santos da Silva. Destes, apenas 42 receberam a titulação de suas terras. Valdério, que é remanescente do quilombo de Rio dos Reis, localizado no município baiano de Bom Jesus da Lapa, denunciou a crítica situação em que se encontram os quilombos brasileiros na oficina "Remanescentes de quilombos: uma luta social e legal pelo direito a terra", que aconteceu no Fórum Social Mundial.

A questão do reconhecimento dos quilombos pela sociedade, representado, principalmente, pela titulação das suas terras foi o tema central do debate organizado pelo Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (Codene), órgão ligado à Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul (STCAS).

O fato das comunidades negras não serem reconhecidas pela sociedade faz com que existam formas particulares de olhar os quilombos. Para o professor Valdério "é preciso, em primeiro lugar, perceber que os quilombos não são comunidades extraterrestres. Eles existem, e existem aqui no Brasil, o problema é que nunca foram reconhecidos".

Na abertura da oficina, a representante do Codene, Ivonete Carvalho, lembrou que "a luta dos quilombolas tem o objetivo de unir esforços para, muito mais do que garantir a terra, garantir a manutenção da cultura, das origens, da dignidade de um povo". Sobre isso, o presidente do Conselho Federal de Psicologia, Marcus Vinícius de Oliveira Silva, citou o líder sul-africano Nelson Mandela: "a questão principal do século XXI será a dívida social para com a África, para com os afrodescendentes, porque não há um lugar do planeta para onde os afrodescendentes tenham sido transladados que tenham



Mario Guerreiro

Fatos e mitos

Fatos e mitos na história dos quilombos, segundo o professor Valdério Santos da Silva, da Universidade da Bahia:

➤ Não é verdade que os negros fugidos procuravam somente regiões inóspitas para viver. Diversos quilombos baianos localizavam-se próximos a Salvador e inclusive comercializavam seus produtos nas feiras da capital, como o Cabula, Buraco do Tatu, Itapoã, Mares, Pirajá, e outros.

➤ Não é verdade que os quilombos eram formados somente por saqueadores. Lá os quilombolas plantavam,

pescavam, criavam animais e os comercializavam nas cidades.

➤ Não é verdade que eles eram formados apenas por escravos negros. Muitos indígenas e brancos viviam lá e muitos negros libertos também. As populações indígenas num momento foram usadas para destruir os mocambos, mas noutro se aliaram a eles. O quilombo era uma boa opção para quem não queria viver na sociedade colonial.

➤ Valdério revela que muitos quilombos jamais foram descobertos pela administração colonial.

condições sociais dignas de sobrevivência". Ele ressaltou, também, que "a África é um exemplo da destruição de um patrimônio histórico e da pusilanimidade da globalização".

Em sua exposição, o deputado federal Luís Alberto Silva dos Santos (PT/BA), militante do Movimento Negro Unificado (MNU), afirmou que o Brasil é o segundo país no mundo em população negra, mas que apesar disto, aqui não há democracia racial. "Basta

observar os dados divulgados durante a oficina para constatar a deplorável situação em que se encontra a população negra brasileira", disse ele. Já o deputado estadual Edson Portilho (PT/RS), aproveitando a presença do secretário Tarcísio Zimmermann (STCAS), convocou o governo de Olívio Dutra a participar da luta pela demarcação das terras dos quilombolas gaúchos, enfatizando a contribuição dos negros para a construção do Estado.

"Não existe democracia racial"

O professor Marcelo Paixão, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, participou da oficina com a exposição "Desigualdades e Relações Raciais", ressaltando que no Brasil o preconceito racial não está oculto. "Seria invisível se a gente não ligasse a televisão, não fosse num tribunal de Justiça e não visse quem está julgando, se a gente não visse de quem são os cargos mais importantes do País. Nós vivemos numa sociedade positivista e, por causa disso, não adianta você ficar falando que as coisas são assim, é preciso mostrar os dados, mostrar os números, as estatísticas". O economista diz que a discriminação racial está contida nos levantamentos dos dados estatísticos que envolvem o retrato da situação da população negra brasileira. "Para se ter uma idéia, em 1970, no nosso governo 'democrático', durante o censo demográfico, foi proibido que se identificasse o quesito 'cor' dos indivíduos". Ele denuncia que hoje a situação da população negra brasileira ainda é ignorada pela maioria das pesquisas estatísticas, como os dados sobre orçamento familiar e saúde dos cidadãos. "Dessa forma, como afirmar que existe discriminação racial no Brasil, se não existem os indicadores econômicos que provem esta situação?"

Números

Apesar de existirem poucos dados sobre a questão, Paixão dá alguns exemplos que "negam a democracia racial brasileira". Entre eles, o economista afirma que, da população que recebe até um salário mínimo, 75% é de afrodescendentes, sendo que 45% da população brasileira é negra.

Em 1998, 22% da população maior de 15 anos afrodescendente era analfabeta, ao passo que o índice da população branca era de apenas 8%.

A esperança de vida de um adulto negro é de 58 anos, enquanto que a do adulto branco é 70 anos, ou seja 12 anos de diferença.

O menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro é registrado no Nordeste, região que tem a maior predominância de indivíduos de cor negra, enquanto que o maior IDH brasileiro está nas regiões predominantemente brancas, como nos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

MÉXICO

Marcha Zapatista pede direito à autonomia dos povos indígenas

Nas montanhas do sul do México desde 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) pode estar prestes a abandonar, junto com a luta armada, um dos seus símbolos mais conhecidos: o pasamontañas, uma espécie de capuz usado pelos insurgentes. “Queremos fazer política como qualquer cidadão, sem que sejam necessários nem os pasamontañas nem as armas”, diz um documento oficial do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). E vão além: em uma marcha de 1,5 mil quilômetros de Chiapas à Cidade do México, 24 delegados zapatistas, entre eles o já lendário subcomandante Marcos, reivindicam o cumprimento dos chamados acordos de San Andrés, firmados pelo governo e EZLN em fevereiro de 1996. A delegação, composta por homens e mulheres do comando zapatista, vai desarmada, mas ainda com os rostos encobertos. “Quando tínhamos nossos rostos descobertos, o governo não nos via; só agora somos vistos”, justificam os representantes indígenas.

Na Cidade do México, os rebeldes querem discutir com o Congresso Nacional a aprovação de um projeto de lei elaborado em dezembro de 1996 pelos legisladores da Comissão de Concórdia e Pacificação, que é integrada pelos quatro maiores partidos mexicanos. A “Lei Cocopa”, como é conhecida, retoma o mais importante dos acordos de San Andrés. Tendo como base consensos internacionais, como o convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a autonomia e autodeterminação dos povos, o texto reconhece o direito à autonomia dos povos indígenas, sem romper a unidade nacional, e o respeito aos direitos humanos, especialmente da mulher. Também determina que os povos indígenas devem ser ouvidos na tomada de decisões que os afetem, que se deve respeitar e promover a sua cultura e que tenham direito a representação no parlamento nacional e dos estados. No documento, argumentam os zapatistas, “a Lei Cocopa reconhece, constitucionalmente, que os índios – cerca de 15% da população – são parte do México e têm suas próprias formas de organização social e política, ou seja, têm direito de ser indígenas e de ser mexicanos”.

“Caminhando pela paz”

Para Jose Martinez Cruz, dirigente do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT mexicano) o zapatismo é exemplo de um movimento que, rapidamente, substituiu a luta armada por ações políticas. “Hoje a luta é mais ampla e as armas são simbólicas, muitas vezes de madeira, revela, lembrando que o objetivo do zapatismo é encontrar uma solução para o drama dos povos indígenas. Tiros de verdade, conta, só foram trocados durante 12 dias, em 1994. “De lá para cá não ocorreram ações militares.”

Ainda que o PRT não participe da luta armada, Jose Martinez considera legítima a ação de grupos como o EZLN ou as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). “A luta armada é uma resposta à violência institucional, que é a primeira violência, estrutural e permanente”, justifica. “Os zapatistas se armaram para enfrentar um governo que era responsável pela morte de muita gente, que reprimia brutalmente movimentos que lutavam pacificamente”, recorda.

Hoje, acredita o dirigente do PRT, “há mais espaço de atuação no campo político. A Marcha Zapatista, que começou no dia 25 de fevereiro e deve terminar em 12 de março, é um exemplo disso. Serão percorridos 1,5 mil quilômetros, através de dez estados, de Chiapas à Cida-

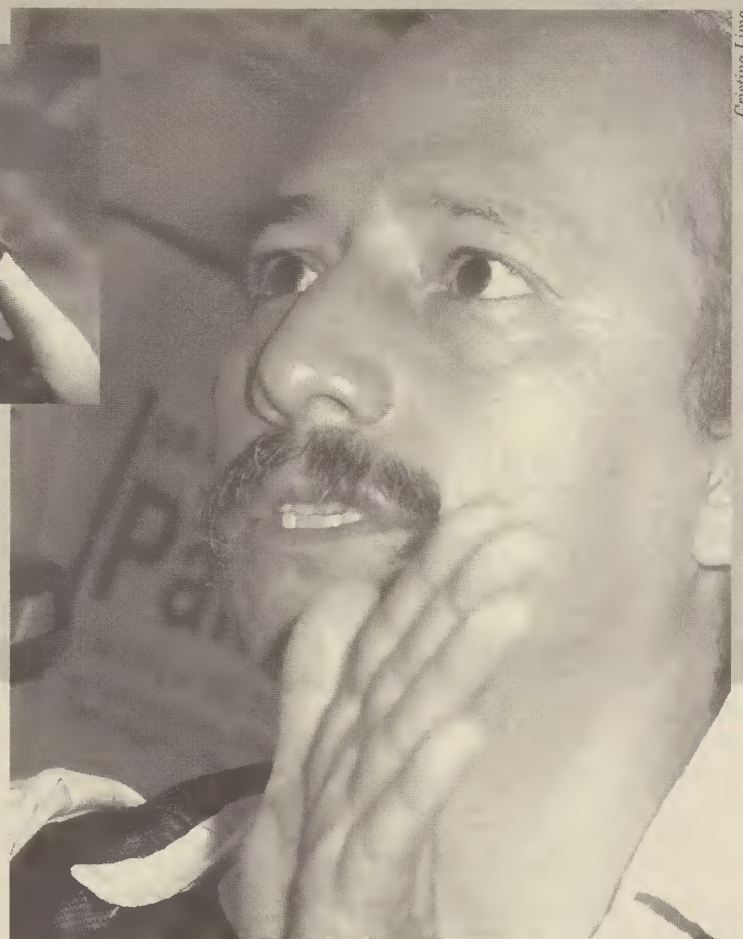


José Martinez: “Eles vão somente com seus pasamontañas, sem armas, numa ação de paz. A segurança será feita pela sociedade civil, que acompanhará toda a marcha de Chiapas à Cidade do México”

de do México. No dia 12 de março, data prevista para a chegada da delegação do EZLN, personalidades internacionais, como o escritor português José Saramago, prêmio Nobel de Literatura de 1998, estarão no Distrito Federal expressando sua solidariedade ao movimento zapatista. De acordo com Jose Martinez, a Marcha também tem o objetivo de mostrar ao mundo que o presidente Vicente Fox, recém eleito, não está cumprindo os acordos assinados em 1997. “Os zapatistas marcham para levar uma mensagem de paz, de que querem, verdadeiramente, que se criem condições para que os mexicanos sejam respeitados em seus direitos humanos. Que não seja uma paz imposta, silenciosa, mas o reconhecimento de todas as injustiças históricas contra os povos indígenas”, explica.

Na opinião do dirigente mexicano, a movimento simboliza a vontade política dos zapatistas que, para resolver o drama dos povos indígenas, correrão, inclusive, risco de vida. “Eles vão somente com seus pasamontañas, sem armas, numa ação de paz. A segurança será feita pela sociedade civil, que acompanhará toda a Marcha.” O maior risco, acredita, é de atentados de grupos paramilitares.

Os zapatistas esperam concluir sua jornada sem in-



cidentes, protegidos pela Lei para o Diálogo, a Reconciliação e a Paz Digna em Chiapas. Ela determina que enquanto o diálogo e o cessar fogo estiverem vigindo, as ações ficam suspensas e os insurgentes têm garantias para transitar livremente. “O perigo é, realmente, o de um atentado”, adverte Jose Martinez, reafirmando a importância da presença da população e de observadores internacionais.

O movimento zapatista pode até se transformar em um partido político, ou, pelo menos, dar um novo ânimo à esquerda mexicana. Oficialmente, porém, os insurgentes garantem que a luta dos zapatistas não é pelo poder. “Não nos interessa ter cargos no governo, mas que as pessoas possam participar, que sejam ouvidas e atendidas”, diz um porta-voz do EZLN. Por isso, explica, “o EZLN luta para desaparecer, para que não seja mais necessário ser clandestino e andar armado para lutar por justiça, liberdade e democracia”.

Discurso de Fox é contraditório

Os indígenas esperavam mais do presidente Fox. Acusam-no de ser contraditório em seus discursos, mudando de posicionamento depois de eleito. Durante a campanha, lembra Jose Martinez, dirigente do PRT mexicano, o presidente assegurou que resolveria o conflito de Chiapas em 15 minutos. Eleito, pediu paciência e seis anos de prazo. Pouco depois, ordenou a retirada de tropas militares, mas, imediatamente, com a reação de empresários mexicanos, mudou seu discurso. Os zapatistas pedem, além de liberdade para mais de 100 indígenas e desativação de sete quartéis em Chiapas.

Depois de 71 anos de domínio político do Partido Revolucionário Institucional (PRI), o México vive um

novo momento, marcado pela esperança de mudanças democráticas. O saldo do PRI no poder são 72 milhões de pobres numa população de 100 milhões de pessoas, fora os 20 milhões que moram, hoje, nos Estados Unidos. Essa gente buscou em Fox uma possibilidade de mudar a realidade e, apesar dos partidos de esquerda combaterem as medidas neoliberais adotadas pelo novo governo – principalmente com relação a privatizações – entendem que, de qualquer forma, trata-se de um avanço democrático. “Abre-se uma nova conjuntura, com novas perspectivas políticas. Temos que avançar muito, mas é possível uma transformação significativa no País”, aposta o dirigente do PRT.

U E R G S

Desenvolvimento regional será prioridade

Já está na Assembléia Legislativa o projeto do Executivo que cria a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). Segundo o texto enviado aos deputados, um dos principais objetivos da nova universidade é estimular e promover pesquisas em áreas que possam afetar positivamente o desenvolvimento regional. O projeto desperta polêmica e interesse internacional. Enquanto opositores do governo gaúcho na Assembléia e representantes do setor privado criticam a proposta, universidades da Europa já manifestaram interesse em firmar convênio para trabalhar na formação de professores.

Marco Aurélio Weissheimer

Desde outubro do ano passado, quando o grupo de trabalho instituído pelo governador Olívio Dutra entregou a sua proposta de universidade estadual, 15 audiências públicas foram realizadas em 13 regiões do Orçamento Participativo (OP) estadual. As sugestões colhidas nesses encontros, que reuniram mais de 3 mil participantes, estão sendo analisadas pela equipe que trata da viabilização do projeto. De acordo com a secretária estadual da Educação, Lucia Camini, as reuniões do governo com a sociedade deixaram claro o seu compromisso com a participação popular no processo de construção de uma nova instituição de ensino superior. O modelo que inspira este projeto, diz Camini, é uma universidade adequada ao novo século e sintonizada com o desafio de implementação de um novo modelo do desenvolvimento para o Estado e o País.

A partir da apresentação do projeto da Uergs à Assembléia Legislativa, serão realizadas mais 12 audiências públicas regionais, incluindo as regiões do Orçamento Participativo e dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e Coordenadorias Regionais de Educação. A nova universidade pretende ser uma instituição voltada para a inovação social, aberta a novas alternativas pedagógicas e tecnológicas.

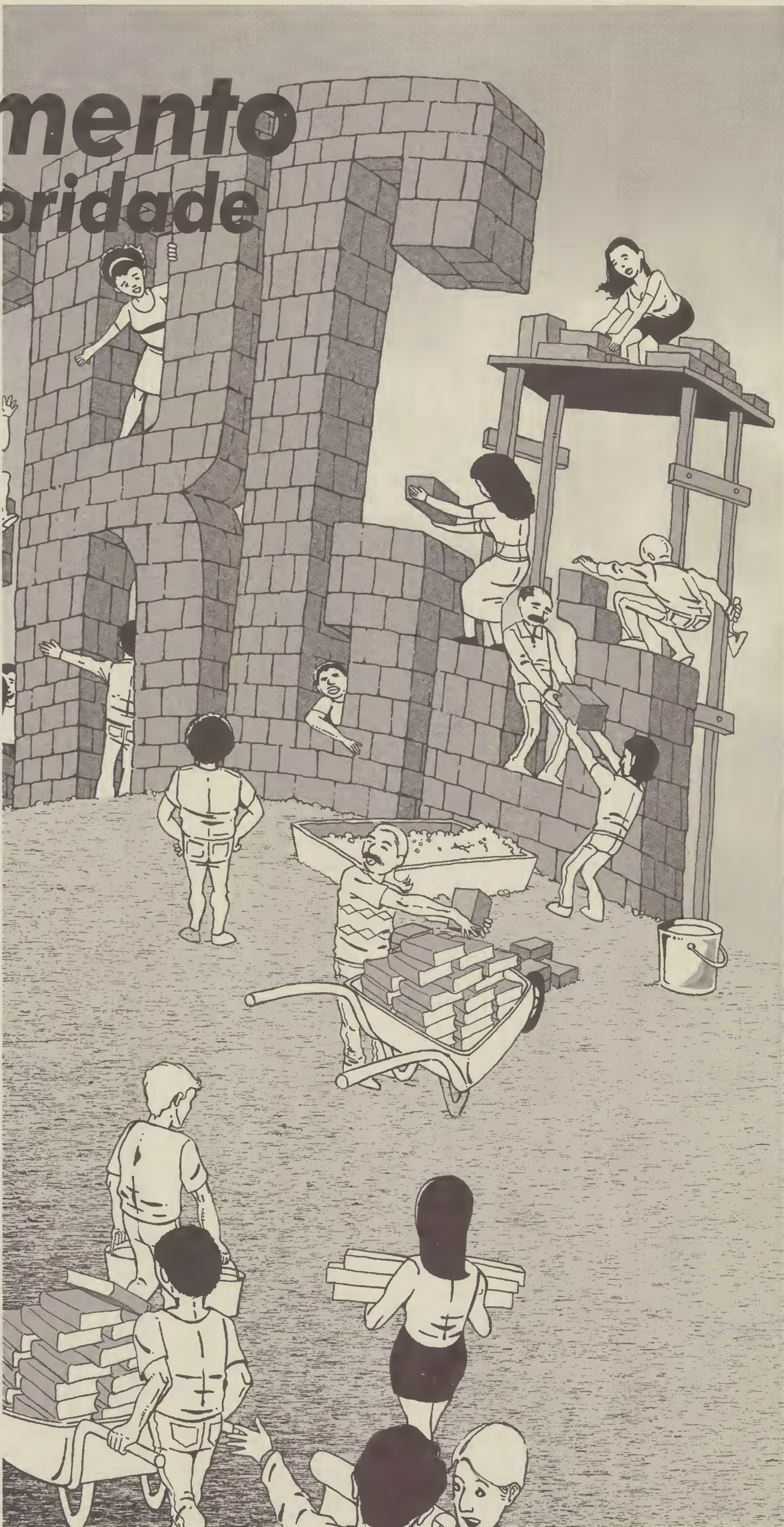
Se o projeto for aprovado, a Uergs será uma autarquia vinculada à Secretaria da Educação, com autonomia didática, científica e administrativa. A escolha do reitor deverá ser feita por consulta à comunidade acadêmica. A lista dos cursos oferecidos ainda não será apresentada. Áreas como gestão ambiental e agro-indústria foram apontadas como prioritárias, mas poderão surgir novos cursos. Os cursos da Uergs serão criados conforme a necessidade de profissionais que se adaptem ao perfil das atividades econômicas de cada região. Dessa forma, além de ter uma estrutura multicampi, não contemplará cidades em que já existam universidades públicas. A intenção é de que a instituição esteja presente em todo

o Estado. Para isso, o projeto prevê convênios com outras instituições de ensino superior, cooperativas, órgãos do poder público municipal, estadual e federal, além de outras entidades e empresas.

As regras do processo de seleção de alunos deverão ser regulamentadas em uma próxima etapa. A idéia que mais agrada à secretária Lucia Camini é a realização de um concurso semelhante ao vestibular. Segundo ela, mais de três mil pessoas que participaram das 15 audiências organizadas desde o ano passado, além das reuniões do OP, têm se mostrado favoráveis a privilegiar alunos egressos da rede pública. O governo ainda estuda a criação de programas alternativos para atender comunidades indígenas e pessoas de baixa renda. Os cursos oferecidos pela Uergs serão gratuitos, mas o governo ainda estuda a cobrança de uma retribuição dos alunos formados à instituição, através de recursos ou trabalho voluntário. Se a proposta for aprovada em regime de urgência, o concurso público para ingresso nos primeiros cursos da instituição deve ocorrer já no segundo semestre deste ano. O quadro de pessoal e corpo docente terá plano de carreira próprio, desatrelado do funcionalismo público.

Para a instalação da Uergs, está previsto o investimento de R\$ 15 bilhões do Orçamento 2001. A criação da universidade tem despertado o interesse de instituições internacionais. Duas universidades – da Espanha e da França – querem firmar parcerias por meio do intercâmbio de alunos e de professores.

Uma missão da Universidade de Ciências Aplicadas de Wolfenbüttel foi recebida pelo governo estadual. Os representantes da universidade acertaram a visita de uma delegação brasileira a Alemanha. Outra delegação, da Universidade Federal de Minas Gerais, que trabalha em conjunto com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), chega ao Estado para estudar a captação de recursos em bancos e organizações governamentais internacionais.



Mario Guerreiro

Projeto encontra resistência

A proposta de criação da Uergs já tem seus críticos, principalmente entre as pequenas universidades privadas do interior do Estado. O professor de economia rural da Faculdade de Agronomia, da Universidade de Passo Fundo (UPF), Roque Tomasini, diz que a proposta de criação da universidade estadual já nasceu morta, uma vez que o espaço na área de educação superior foi ocupado por instituições particulares com fins lucrativos, eficientes (como é o caso da Ulbra, em Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre), ou por universidades ditas comunitárias ou confessionais, como é o caso da UPF. Na opinião dele, não faltam vagas nas universidades gaúchas, e sim alunos por falta de condição financeira. Para Tomasini, que também é pesquisador da Embrapa, quer, agora, criar uma nova estrutura estadual de nível superior significa desprezar um imenso esforço que as comunidades do interior do Estado desenvolveram na construção das suas universidades regionais.

Apesar deste tipo de crítico, a proposta de criação da universidade estadual conta com um grande apoio no interior do Estado, conforme mostraram as reuniões regionais do Orçamento Participativo. Muitas comunidades do interior acreditam que a nova instituição pode atuar como um importante fator indutor de desenvolvimento regional, de acordo com o princípio de incentivar as vocações econômicas e culturais de cada região. A próxima batalha para a aprovação do projeto será travada na Assembléia Legislativa. E o governo do Estado trata o assunto como prioridade máxima. Para tanto, designou aquele que é considerado como um de seus negociadores mais hábeis, o chefe da Casa Civil, Flávio Koutzi, para fazer a defesa do projeto junto aos parlamentares. Koutzi terá a tarefa de

convencer os deputados da oposição, maioria na casa, da importância e urgência do projeto. Considerando a história recente das relações entre Legislativo e Executivo no Rio Grande do Sul, Koutzi terá um trabalho árduo pela frente.

Interesse internacional

A Secretaria de Educação já está avaliando propostas de parcerias internacionais com a Fundação Ibero-Americana (Funiber) – formada pelas cinco maiores universidades da Espanha – na área de formação de professores, um dos enfoques prioritários do projeto da Uergs. No último dia 16 de fevereiro, a secretária estadual de Educação, Lucia Camini, e o governador Olívio Dutra estiveram reunidos com o diretor de relações acadêmicas da Funiber, Francisco Rubio, e com o ex-diretor da divisão de ensino superior da Unesco/Paris, Marco Antonio Dias, para discutir as possibilidades de implantação de um programa de cooperação entre o Rio Grande do Sul e as universidades espanholas.

A secretária Lucia Camini considera que é indispensável que a Uergs já nasça bem articulada internacionalmente, pois esta é uma condição indispensável para se obter recursos complementares para expandir a oferta de cursos e, ao mesmo tempo, investir na qualidade de ensino. O orçamento do governo para financiar as operações de implantação da Uergs, durante este ano, é de R\$ 15 milhões. O programa de cooperação universitária surgiu do interesse da Universidades de Las Palmas (Espanha), de realizar parcerias com instituições de ensino superior na América Latina.

Desde o segundo semestre do ano passado, um projeto começou a ser discutido com a universidade espanhola e consultores de educação brasileiros, com o objetivo de formar professores já

em exercício, mas sem curso superior. Atualmente, no Brasil, cerca de 700 mil professores não têm formação superior. No Rio Grande do Sul, essa realidade atinge de 8 a 10 mil professores do Estado, sem contar a rede municipal. O primeiro projeto de cooperação deste tipo no País será realizado em Minas Gerais. O Rio Grande do Sul pode ser o segundo estado brasileiro a desenvolver semelhante proposta. Segundo Marco Antônio Dias, há interesse de organizações internacionais e de empresas em financiar o projeto para o Rio Grande do Sul. "A proposta de cooperação é baseada na intenção de se realizar um programa condizente com a realidade local", explicou. A divisão do conteúdo, formação pedagógica e elementos de integração devem trabalhar com a história da região e do país em que o projeto estiver sendo implementado.

Além da área de formação de professores, existe a possibilidade de serem estabelecidos novos acordos para o segmento de turismo, saúde e meio ambiente. Uma missão do governo gaúcho viajou para Cuba, com o objetivo de discutir um termo de parceria técnica com o Ministério da Saúde cubano, buscando a colaboração na área de saúde pública. "Cuba tem convênio com outras universidades do País e possui os melhores cursos de medicina", observou Lucia Camini. Segundo ela, o projeto deve ser implantado aos poucos e não vai atender a demanda total da educação no Estado. A preferência é criar cursos onde há maior deficiência da estrutura de ensino, como a zona da campanha por exemplo. A implantação de unidades da Uergs nestas regiões faz parte da estratégia do governo de procurar diminuir as desigualdades entre as metades Norte e Sul do Estado. Agora tudo depende da velocidade com que a Assembléia vai discutir e encaminhar a votação do projeto.

Lucia Camini - Secretária de Estado da Educação

A Uergs não é um prédio!

No dia 15 de fevereiro de 2001, o Governo do Estado protocolou na Assembléia Legislativa projeto de Lei propondo a criação da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul.

Mais que responder à justa demanda por ensino superior, responsabilidade da União, conforme preceitua a Lei Maior, a Uergs tem por objetivo valorizar as características sócio-culturais e políticas do povo gaúcho, transformando-as em um catalisador da inovação social e em um fator de qualificação de nossas vantagens comparativas, alavancando o desenvolvimento por meio do ensino, pesquisa e extensão, voltados à resolução dos problemas regionais.

É no contexto de um novo modelo de desenvolvimento para o Estado e o País que se insere e justifica-se a criação da Uergs. Uma nova perspectiva para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul requer um conjunto de ações planejadas e articuladas, visando à redução das desigualdades regionais e à potencialização dos sistemas locais de produção. O conhecimento científico e tecnológico e a elevação da qualidade da educação básica são elementos fundamentais nessa estratégia.

Numa dimensão acadêmica, a proposta de criação da Uergs baseia-se na consciência de que só uma inflexão na dinâmica da produção do conhecimento e da pesquisa, que promova a interdisciplinaridade integradora, o compromisso com a ética, a emancipação e a capacidade crítica, pode atender às aspirações legítimas do povo gaúcho. Para tanto, a Uergs deverá desenvolver competências técnicas e científicas, capazes de orientar a inserção ativa da economia regional no processo de mundialização econômica, evitando a subordinação e fortalecendo a capacidade de iniciativas estratégicas, no plano das novas relações que daí vão surgir.

Além disso, há a necessidade de democratização do acesso à informa-

ção e ao saber especializados, tornando a universidade popular, isto é, permeável à participação da sociedade na sua gestão e beneficiária dos conhecimentos produzidos no seu interior.

A nova universidade nasce comprometida com a luta contra a exclusão social e econômica. Sua contribuição se dará seja capacitando indivíduos e grupos sociais para sua integração na economia formal, seja desenvolvendo e fortalecendo formas alternativas de produção e distribuição de riqueza ou estabelecendo critérios distintos do mero vestibular para o ingresso em seus cursos regulares.

Considerando essas características, a Universidade Estadual não pode ser confundida com sua referência física, ou seja, a Uergs não é só um prédio! Definitivamente, a construção dessa nova universidade não se dará apenas com tijolo e cimento. A sua forma de funcionamento prevê uma intensa interação com a capacidade já instalada, criando sinergias fundadas em ações conjuntas com as Instituições de Ensino Superior existentes e os Institutos de Pesquisa do Estado, de forma a gerar conhecimento próprio e cumulativo de maneira autônoma.

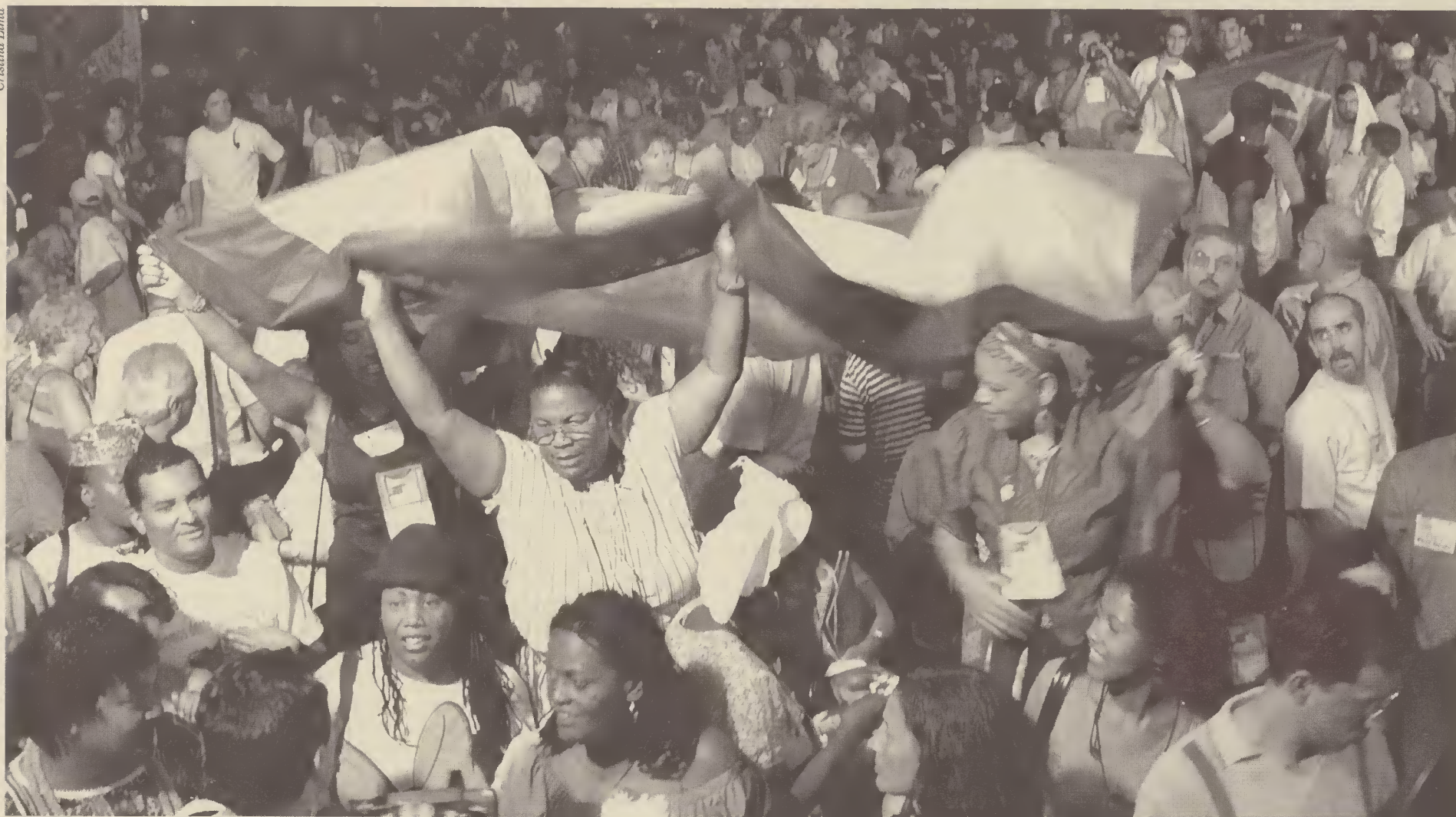
Todos esses tópicos estiveram em debate no Seminário Estadual "Uergs – proposta para uma nova universidade!" que acontece dia 02 de março de 2001, na Assembléia Legislativa do Estado. Lá discutimos o sentido estratégico da criação da Uergs, o seu perfil acadêmico-institucional, o papel da universidade na qualificação das políticas públicas e a nova universidade no contexto da educação superior do RS. O seminário foi mais uma oportunidade, além das audiências públicas e reuniões com entidades, para efetivar a participação popular desde a concepção à implantação da Uergs.

Em 21 de fevereiro de 2001

LE MONDE DIPLOMATIQUE

O consenso mínimo de Porto Alegre

Cristina Lima

LE MONDE
diplomatiqueAD
VERSO

Algumas das vozes que criticaram o resultado do Fórum Social Mundial afirmaram que o encontro teve um saldo inócuo pelo fato de não ter caráter propositivo. "Muita conversa, sem propostas concretas", disseram alguns críticos do FSM. Desde o início, os organizadores do evento deixaram claro que isso não seria feito em razão da grande diversidade de opiniões e pontos de vista presentes no encontro. Mesmo assim, algumas proposições concretas foram levantadas e obtiveram consenso entre praticamente todos os participantes do Fórum. Três propostas compõem o consenso mínimo obtido em Porto Alegre. São elas: a anulação pura e simples da dívida pública dos países pobres do Terceiro Mundo (considerando o fato de que ela já foi paga diversas vezes), a supressão dos paraísos fiscais e a instalação da taxa Tobin sobre as transações financeiras especulativas. A edição de fevereiro do Le Monde Diplomatique dedica seu editorial aos resultados do Fórum de Porto Alegre. Escrito pelo diretor do Diplô, Bernard Cassen, o editorial destaca os consensos obtidos na capital gaúcha.

Cassen observa que um dos índices do sucesso do Fórum Social Mundial foi que, em menos de 48 horas, o encontro de Porto Alegre ganhou praticamente a mesma repercussão de mídia que o Fórum Econômico Mundial, onde os grandes empresários das finanças e da indústria vêm se reunindo há 30 anos para debater os rumos da economia mundial. O fato do Fórum Social Mundial ter conseguido tal repercussão internacional, considerando que foi organizado em pouco mais de seis meses, revela, segundo Cassen, que algo de novo e importante nasceu na capital gaúcha. Ele chega a falar na

constituição de um embrião de uma verdadeira "internacional rebelde".

Na sua avaliação, a mera existência do Fórum de Porto Alegre retira toda e qualquer legitimidade de Davos, principalmente em razão do inédito aparato militar implantado este ano em torno da cidade suíça, para impedir que manifestantes chegassem perto do local do encontro. Doravante, diz Cassen, o Fórum de Davos aparecerá como uma simples reunião de interesses corporativos, contrários às aspirações por um mundo mais justo e solidário.

O jornalista francês acredita que o encontro de Porto Alegre representou um verdadeiro ponto de virada. Daqui em diante, escreveu, os movimentos de oposição à globalização liberal vão não somente continuar a pressionar os governos e organismos internacionais, nas assembleias do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial ou da Organização Mundial do Comércio, mas também começar a formular e apresentar propostas concretas resultantes de um consenso mínimo internacional. As primeiras propostas apresentadas em Porto Alegre, elaboradas nas cerca de 400 oficinas realizadas durante o encontro, serão difundidas pelo site do Fórum Social Mundial (www.forumsocialmundial.org.br), organizado pela equipe da edição brasileira do Le Monde Diplomatique.

Algumas delas já são de conhecimento público e foram apresentadas durante a teleconferência com os representantes de Davos. Cassen lembrou que o próprio mega-especulador George Soros pronunciou-se favoravelmente à taxa de transações financeiras. "Mais lúcido do que muitos de seus colegas, para os quais o horizonte de reflexão não ultrapassa o lapso de tempo entre duas operações – cerca de dez minutos –, Soros está pronto a perder os anéis para salvar os dedos, ou seja, o sistema do qual ele espera continuar a obter

benefícios", observou. Cassen anunciou ainda que o seu jornal está disposto a organizar um debate entre George Soros e o ministro da Economia e das Finanças da França, Laurent Fabius, sobre a taxa Tobin. O ministro francês, em um relatório divulgado em agosto de 2000, concluiu pela impossibilidade técnica de implantação desta taxa. "Fabius deveria conversar com Soros", disse Cassen, que prometeu formalizar em breve os convites a Soros e a Fabius.

Além das três proposições mencionadas por Cassen, o Fórum Social Mundial também solidificou um consenso a respeito da necessidade de impor mecanismos reguladores (além de uma taxa do tipo Tobin) ao mercado de circulação de capitais. O Fórum de Parlamentares decidiu constituir uma frente mundial de parlamentares que terá como tarefa articular esforços e propostas em nível internacional para elaborar e implantar tais mecanismos. A taxa Tobin é apenas uma das propostas cogitadas pelos parlamentares. A maioria dos parlamentares presentes ao Fórum concordou que a globalização desregulada é um processo muito perigoso para a economia e a sociedade mundial, incluindo aí países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Este foi um dos consensos obtidos em Porto Alegre e destacados por Bernard Cassen. Mas não foi o único. Ampliou-se a consciência a respeito da necessidade urgente de reinserir a política no cotidiano das pessoas. Neste sentido, a experiência do Orçamento Participativo desempenhou um papel simbólico muito importante, o de recuperar a idéia de uma efetiva cidadania, onde os habitantes das cidades não se vejam apenas como consumidores (no melhor dos casos, pois boa parte da humanidade não atinge esta categoria), mas como partes integrantes de algo maior, esta entidade coletiva chamada Estado, cada vez mais desprezada e maltratada pelos liberais.

SAÚDE

Negligência pode ter espalhado a “vaca louca”

“Trata-se de um negócio”. É assim que Robert Peck, diretor da empresa especializada no comércio de alimentos para gado David T. Boyd, responde às acusações de que sua e outras empresas ajudaram a espalhar pelo mundo a chamada “doença da vaca louca”. A notícia está sendo divulgada pelo mundo via Internet, pelo Institute for Agriculture and Trade Policy (IATP), uma ONG norte-americana, e foi notícia recentemente no jornal inglês Financial Times. A doença, que provoca a degeneração do cérebro de animais e seres humanos, pode ter se difundido pelo planeta num grau muito mais amplo do que se acreditava até agora. Entre os principais responsáveis estão as autoridades sanitárias britânicas, que permitiram a exportação de restos animais para alimentação do gado mesmo depois de a ciência ter identificado nestes produtos a principal causa de contaminação.

Há muito tempo que a alimentação de rebanhos com restos triturados de animais (ossos, miolos, sangue, espinha, cartilagens) é condenada pelos ambientalistas e por organizações como a Via Campesina, de José Bové e João Pedro Stedile. Em julho de 1988, quando ficou claro que este tipo de lavagem estava diretamente associado com a aparição da “doença da vaca louca” na Inglaterra, as autoridades britânicas proibiram seu uso. Assinada por Steve Stecklow, a matéria do Financial Times revela que, apesar disso, a Grã-Bretanha continuou exportando durante oito anos os mesmos restos animais, mesmo com as advertências explícitas de autoridades que não foram ouvidas. Só em 1996, quando ficou claro que a moléstia havia atingido o ser humano, as exportações foram proibidas.

Até o momento, 86 pessoas – 83 na Inglaterra – morreram vítimas da variante humana da “vaca louca” (conhecida como “doença de Creutzfeldt-Jakob”). Acredita-se, no entanto, que a incubação da moléstia pode durar de cinco anos a algumas décadas, tanto no gado quanto nas pessoas. Além disso, não há, por enquanto, testes para detectar a doença na fase de incubação. Entre 1988 e 96, a Inglaterra exportou dezenas de milhares de toneladas de restos animais para

um número não identificado de países. Indonésia, Tailândia e Taiwan estão entre os que certamente consumiram o produto. Mas como os alimentos para o gado transformaram-se numa commodity, é possível que alguns dos importadores tenham revendido o veneno para terceiros países.

Além dos restos animais, a própria exportação de carne, pelos ingleses, pode ter contribuído para espalhar a “vaca louca”. A partir do início da década, o consumo do produto caiu bruscamente na Europa. Os ingleses buscaram outros mercados. As estatísticas revelam que carne potencialmente infectada foi vendida a dezenas de países, entre eles EUA, Tailândia, Taiwan, Sri Lanka e regiões da Europa Oriental e da África.

Durante todo o período em que as exportações foram mantidas houve, mesmo no governo inglês, quem se insurgisse contra elas. Foram, contudo, mantidas, graças ao lobby dos exportadores e à opinião majoritária das autoridades.

Funcionários britânicos que tentaram colocar a vida acima dos interesses de mercado foram devidamente silenciados. Em 3 de janeiro de 1990, Sir Donald Acheson, então a principal autoridade médica do país, questionou, a pedido de seus auxiliares, a exportação de restos animais cujo consumo os ingleses já haviam proibido. Numa carta dirigida a Keith Meldrum, responsável pelo serviço de vigilância veterinária, ele sugeriu ou o banimento das vendas ou ao menos sua rotulagem. Em 24 de janeiro, Acheson e Meldrum encontraram-se para tratar do assunto. A minuta da reunião que Meldrum declarou: “Estamos exportando restos animais para diversos países de fora da União Européia”. O documento continua: “Mr. Meldrum está convencido de que se informássemos a eles que a Grã-Bretanha não permite a alimentação de ruminantes com estes produtos as importações seriam interrompidas”. Atualmente aposentado, Meldrum informou, numa entrevista concedida no início de fevereiro, que não se tratou de uma decisão pessoal, mas de uma posição adotada “após consultas detalhadas” ao Ministério da Agricultura. (Fonte: Agência Carta Maior)

JUSTIÇA

ZH terá que pagar R\$ 1,1 milhão a Bisol por danos morais

O jornal da Zero Hora foi condenado a pagar uma indenização de R\$ 1.191.088,00 ao ex-senador José Paulo Bisol, por danos morais. A empresa também terá de arcar com as despesas de honorários advocatícios, estipuladas em R\$ 178.663,20. O objeto da ação foram 58 matérias veiculadas pelo jornal, acusando o ex-senador de manipulação de verbas orçamentárias e superfaturamento em obras que beneficiavam uma fazenda de sua propriedade em Minas Gerais. O jornal publicou, ainda, que o então candidato à vice-presidência da República teria se aposentado com apenas sete meses de atividade como desembargador, praticado nepotismo e conseguido empréstimo privilegiado da Caixa Econômica Estadual, usando da sua influência política.

Ao mover a ação de indenização por danos morais contra o jornal, a defesa de Bisol alegou que todas as acusações foram feitas sem prova alguma e causaram prejuízos irreparáveis, inclusive seu afastamento da disputa presidencial. A Justiça acatou os argumentos da defesa, reconhecendo que as acusações foram feitas sem prova e decidindo pela condenação do jornal.

No início de fevereiro, a Terceira Turma do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a indenização de 7.960 salários mínimos (100 por matéria publicada) será paga em onze parcelas para o ex-senador e os honorários advocatícios em três parcelas.

Atualmente, José Paulo Bisol é secretário estadual de Justiça e Segurança do Rio Grande do Sul.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64	
BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2000	
RUBRICAS / MESES	NOV
ATIVO	2.158.747,46
FINANCEIRO	1.920.642,00
DISPONÍVEL	1.716.200,95
CAIXA	6.881,06
BANCOS	17.672,64
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	1.893.847,28
REALIZÁVEL	204.441,05
CRÉDITOS A REALIZAR	204.441,05
DEVEDORES	0,00
CRÉDITOS A RECUPERAR	199.080,10
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	4.302,92
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	546,03
ATIVO PERMANENTE	235.105,46
IMOBILIZADO	235.005,32
BOIS MÓVEIS	68.574,00
RENTS MÓVEIS	197.167,83
REFORMAS EM ANDAMENTO	20.302,98
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	54.058,49
DIFERIDO	2.099,14
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	2.796,88
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	699,74
PASSIVO	1.324.149,67
PASSIVO FINANCEIRO	276.406,25
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	256.134,41
OBRIGAÇÕES FISCAL E SOCIAIS	1.181,57
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	140,83
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	21.009,05
CRÉDITOS DIVERSOS	238.802,89
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	20.271,84
PROVISÕES PRECARGOS C/PESSOAL	20.271,84
SALDO PATRIMONIAL	1.047.743,42
ATIVO LÍQUIDO REAL	608.950,40
RESERVAS	
SUPERÁVIT ACUMULADO	439.793,02

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS			FOLHA 2
RUBRICAS / MESES	NOV	ACUMULADO	
RECEITAS	87.280,58	1.698.335,23	
RECEITAS CORRENTES	70.241,29	745.384,15	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	70.241,29	745.384,14	
RECEITA C/VEDA DE MATERIAIS			
RECEITAS PATRIMONIAIS	16.937,98	166.773,35	
RECEITAS FINANCEIRAS	16.937,98	166.773,35	
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS		708,00	
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS		782.209,83	
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS		782.209,83	
OUTRAS RECEITAS	101,34	3.967,98	
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	51,84	1.911,88	
OUTRAS RECEITAS	50,00	2.056,04	
DESPESAS	133.714,14	866.737,44	
DESPESAS CORRENTES	133.714,14	866.737,44	
DESPESAS COM CUSTEIO	29.825,41	299.342,55	
DESPESAS COM PESSOAL	12.059,59	147.972,98	
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	5.667,23	66.862,82	
DESPESAS DE EXPEDIENTE	9.742,21	41.143,90	
DESPESAS COMPOSTOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS	1.249,50	3.854,11	
DESPESAS LEGAIS	655,46	11.958,08	
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	440,44	6.797,18	
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	1.192,48	12.890,58	
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	59,00	1.175,69	
ENCARGOS FINANCEIROS	12,00	102,58	
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO			
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	35.158,52	328.572,09	
DESPESAS COM PESSOAL		398,00	
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	2.467,20	44.806,91	
DESPESAS COM VIAGENS	3.805,48	92.026,75	
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	1.249,50	3.854,11	
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	7.000,44	26.529,73	
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	20.638,90	160.676,04	
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS		682,65	
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	50.000,00	50.000,00	
HONORÁRIOS DE PERITOS	50.000,00	50.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.730,21	198.822,50	
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	15.246,25	161.881,40	
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	3.483,95	35.941,40	
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	(46.433,56)	831.597,79	
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	831.597,79	831.597,79	

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64	
BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2000	
RUBRICAS / MESES	DEZ
ATIVO	2.149.899,98
FINANCEIRO	1.914.270,25
DISPONÍVEL	1.713.492,72
CAIXA	5.048,29
BANCOS	10.486,88
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	1.887.859,57
REALIZÁVEL	200.777,58
CRÉDITOS A REALIZAR	200.777,58
DEVEDORES	0,00
CRÉDITOS A RECUPERAR	195.428,85
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	1.910,44
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	436,27
ATIVO PERMANENTE	235.729,82
IMOBILIZADO	235.675,54
BOIS MÓVEIS	68.574,00
RENTS MÓVEIS	197.167,83
REFORMAS EM ANDAMENTO	22.119,02
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	55.204,31
DIFERIDO	2.092,48
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	2.796,88
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	748,40
PASSIVO	1.305.819,70
PASSIVO FINANCEIRO	257.876,25
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	244.143,61
OBRIGAÇÕES FISCAL E SOCIAIS	887,66
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	11.560,28
CRÉDITOS DIVERSOS	231.895,58
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	13.732,77
PROVISÕES PRECARGOS C/PESSOAL	13.732,77
SALDO PATRIMONIAL	1.047.743,42
ATIVO LÍQUIDO REAL	608.950,40
RESERVAS	
SUPERÁVIT ACUMULADO	439.793,02

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS			FOLHA 2
RUBRICAS / MESES	DEZ	ACUMULADO	
RECEITAS	88.742,58	1.787.877,81	
RECEITAS CORRENTES	70.234,87	815.619,02	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	70.234,87	815.619,02	
RECEITA C/VEDA DE MATERIAIS			
RECEITAS PATRIMONIAIS	18.507,53	186.074,88	
RECEITAS FINANCEIRAS	18.507,53	186.074,88	
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS		708,00	
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS		782.209,83	
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS		782.209,83	
OUTRAS RECEITAS	205,18	4.174,08	
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	6,19	1.918,04	
OUTRAS RECEITAS	200,00	2.256,04	
DESPESAS	75.960,77	842.898,21	
DESPESAS CORRENTES	75.960,77	842.898,21	
DESPESAS COM CUSTEIO	28.572,84	317.915,38	
DESPESAS COM PESSOAL	12.968,85	180.942,61	
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	6.084,30	72.945,82	
DESPESAS DE EXPEDIENTE	7.411,10	48.555,00	
DESPESAS COMPOSTOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS	370,78	12.325,08	
DESPESAS LEGAIS	621,90	7.319,08	
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	521,90	7.319,08	
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	1.192,48	14.083,05	
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	310,83	1.486,82	
ENCARGOS FINANCEIROS	11,70	114,29	
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO			
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	28.859,29	367.281,27	
DESPESAS COM PESSOAL		398,00	
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	5.092,00	48.806,91	
DESPESAS COM VIAGENS	1.078,85	83.126,80	
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	961,75	4.645,26	
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	1.485,00	28.014,73	
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	20.071,88	180.747,72	
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS		682,65	
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS		50.000,00	
HONORÁRIOS DE PERITOS		50.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.728,65	217.551,45	
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	15.245,01	177.126,41	
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	3.483,64	40.425,04	
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	12.781,81	844.379,60	
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	844.379,60	844.379,60	
CARLOS SCHMIDT PRESIDENTE		NINO H. FERREIRA DA SILVA CONTADOR – CRC/RB Nº 1.6418	

Eduardo Rolim de Oliveira* - Instituto de Química / Ufrgs

Meio ambiente e consciência política: a responsabilidade social dos químicos

É ingenuidade ou oportunismo político acreditar que podemos pensar na preservação do meio ambiente de forma neutra. Imaginar que ao posicionarmos-nos em defesa das árvores, das águas ou da fauna, possamos estar acima dos debates políticos cruciais da sociedade. Acreditar que a natureza deve ser bem tratada apenas por um ato de boa vontade dos humanos, independentemente do modelo econômico que acreditam ou que sustentam. Este tipo de posicionamento na minha opinião em nada ajuda na melhora da qualidade de vida, na busca de um desenvolvimento sustentável, pois anestesias as consciências sobre as razões de fundo da forma destrutiva com a qual as sociedades humanas ditas civilizadas têm se relacionado com as outras espécies e com os recursos naturais não necessariamente renováveis.

E o pior é que esta idéia de que temos que proteger o meio ambiente de uma forma que nos aproxime da "bondade atávica das crianças ou dos indígenas", virou tema da última campanha eleitoral, conquistando inclusive uma boa aceitação na juventude de Porto Alegre, que pode até achar que é bonita e apaixonante a idéia de termos todos os partidos do V, e que a maldade humana com o micro-leão dourado, as baleias e a Mata Atlântica se esvanecerá numa *overdose* coletiva de bom-senso e de união em torno da causa justa.

Este tipo de postura só serve para aumentar a desinformação, a desesperança com um mundo injusto, violento, sem emprego, levando à idéia de que os homens são apenas malvados. A relação com a natureza é mais um reflexo da postura de um indivíduo, e por consequência de classes sociais. Quem acredita naturalmente na justiça de um sistema social no qual há 800 milhões de famintos durante a maior era de superávit alimentar da história não pode impunemente achar que isto não tem nada a ver com o resto. Ou afinal estes espécimes da fauna terrestre são menos importantes que o boto cor-de-rosa? E por que será que isto ocorre? Será que a rentabilidade das empresas, a redução dos custos, a reengenharia de um mundo de desenvolvimento acelerado e de competição feroz não tem nada a ver com a destruição das florestas da Indochina pelas madeiras japonesas ou com a ocupação agroindustrial da Amazônia? E não pensemos que este fenômeno é pós-moderno, pois esquecer o passado é ferir a memória e a dignidade dos índios americanos, dos negros africanos, dos ursos marrons ou dos lobos da América do Norte, sem falar da quase extinta cobertura florestal da Europa, sacrificada em nome da Revolução Industrial.

A ecologia necessária a uma mudança real do mundo é uma Ecologia Social, uma mudança de fato das relações econômicas, da ocupação irracional do solo, da exploração insana dos mananciais de água potável, da

exploração do homem, da industrialização enlouquecida dos países da periferia.

Como químico de formação e professor de profissão, resolvi realizar e escrever algumas reflexões sobre este tema tão candente nos dias atuais, onde o assunto em questão deixou de ter um caráter restrito a pequenos círculos para ser assunto de conferências mundiais, como a Rio 92 onde o "estadista" brasileiro Fernando Collor de Melo defendia uma "ética preservacionista", falando em nome dos pobres e excluídos do mundo, vejam só! E o Rio de Janeiro estava em paz, com os Urutus na rua.

Qual é o papel dos químicos na destruição dos recursos naturais do planeta? É o mesmo dos historiadores, dos arquitetos, dos sociólogos e dos biólogos, como parte da sociedade que todos somos. Qual o papel dos educadores em química na recuperação ambiental? O mesmo de todos os

idéias, que transcende o projeto em si é que não há nenhum sentido em não discutir com os cidadãos que formamos, chamando-os a refletir sobre seu papel como futuros profissionais da química no impacto que causará ao ambiente sua ação laboral.

Por que aceitar jogar na pia os resíduos das aulas práticas, mesmo sabendo que eles não são de forma alguma a causa maior da poluição do lago Guaíba? Porque não usar um produto químico sintetizado na aula A como matéria-prima da aula B? São menos resíduos gerados e menos produtos comprados, menor poluição na sua fabricação. Felizmente já faz bastante tempo que o Instituto de Química tem pensado e agido neste sentido, de uma certa forma pioneira nacionalmente, como pude constatar ao participar do I Encontro Nacional de Segurança em Química, realizado entre 8 e 10 de outubro na Unicamp.

Eu acho que a Universidade deve, como aliás é sua vocação histórica, estar na vanguarda do debate e da construção de uma sociedade menos poluída e mais humana, mesmo sem esquecer que ela encerra todas as contradições e divergências de classe do meio ao qual pertence. Acho que a Ufrgs não deve pensar no seu lixo químico apenas porque ela pode e seguramente será fiscalizada pelo órgão ambiental por ser potencialmente poluidora, mas antes de tudo, deve pensar no assunto como parte de sua função de formação de cidadãos, que vão agir no mundo. O Instituto de Química tem que cumprir seu papel, na medida em que congrega a maior parte dos especialistas em química da Universidade, mas sua ação não pode ser isolada, pois não é a única unidade envolvida com o problema.

Um grande debate sobre a nossa responsabilidade social de não colaborar mais ainda com a poluição dos rios e do ar de Porto Alegre tem que ser estabelecido ou aprofundado, mas a resposta não é e não pode ser apenas técnica, não basta tratar os resíduos, queimar os excedentes e ir dormir tranquilo, temos um papel de educar cidadãos ligados com a idéia de fazer química de forma mais limpa, mas não

podemos esquecer que só boas ações não mudarão a realidade do mundo, e que a responsabilidade dos problemas do planeta azul não é apenas dos químicos, que não têm como resolvê-los sozinhos, e principalmente, não é só agindo como técnicos que vão poder se inserir na mudança do mundo.

A ecologia e a preservação do meio ambiente não pode ser apenas *hobby*, modismo ou ação de boa fé, deve ser sempre pensada como parte indissolúvel de uma maneira de ser, de agir e pensar Política, que discuta e interfira em todos os aspectos da vida, que vão da arte, do lazer, do voto e da economia.

*Doutor em Química pela Université Paris XI, professor de Química Orgânica da Ufrgs e coordenador da Comissão Organizadora do II Encontro Nacional de Segurança em Química, que ocorrerá em Porto Alegre, em 2002.





Anistia Internacional

A tortura hoje

Desde de 1997, a Anistia Internacional tem recebido relatos de tortura e maus-tratos por agentes do Estado em mais de 150 países. O resultado deste levantamento é o relatório da Campanha contra a Tortura, lançado em outubro do ano passado. O documento revela, por exemplo, que a forma mais difundida de tortura é o espancamento. As vítimas são espancadas com punhos, pedaços de pau, coronhas de revólver e espingardas, chicotes, canos de ferro, bastões de baseball, fios elétricos... As sociedades que toleram a discriminação e o preconceito fazem com que algumas pessoas sejam vistas como "menos que humanas", colocando-as sob maior risco de serem torturadas. De acordo com a organização, muitas, senão a maioria das vítimas de brutalidade policial na Europa e nos Estados Unidos, são negros ou membros de minorias étnicas. Em muitos países os torturadores continuam a agredir e mutilar suas vítimas, confiantes por saberem que nunca serão julgados ou punidos por seus atos. A pesquisa da AI expõe claramente como a incapacidade dos governos em levar os torturadores à justiça cria um ambiente em que abusos continuados são encorajados.

A tortura tem sido definida em uma série de tratados internacionais. As definições variam, e refletem os diferentes contextos nos quais foram redigidas e o propósito do tratado no qual aparecem. Deste modo, a definição que consta na convenção da ONU contra a Tortura faz referência a um "ato pelo qual são infligidos, intencionalmente, a uma pessoa, dores ou sofrimentos graves, sejam eles físicos ou mentais", com o fim de obter informação ou uma confissão, de castigá-la por um ato que tenha cometido, de intimidá-la ou coagi-la, "ou por qualquer razão baseada em qualquer tipo de discriminação". A Convenção se refere a tortura cometida por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de suas funções públicas. Adotada em 1984, a Convenção é um dos tratados de direitos humanos que menos países têm ratificado. Até 2000, apenas 119 Estados eram signatários. Destes, somente 41 formularam declarações para permitir que seus cidadãos apresentem denúncias por torturas perante o Comitê contra a Tortura (artigo

22 da Convenção) e 44 para permitir apresentação de denúncias entre Estados (artigo 21). Sete governos formularam reservas que os eximem de serem investigados confidencialmente em caso de denúncias de torturas sistemáticas. Muitos países formularam outros tipos de reservas.

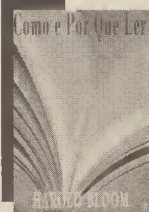
A Convenção Interamericana para Prevenir e Sancionar a Tortura oferece uma definição mais ampla de tortura que a Convenção da ONU. Ela considera tortura "a aplicação, em uma pessoa, de métodos que tendem a anular a personalidade da vítima ou diminuir sua capacidade física ou mental, embora não causem dor física ou angústia psíquica".

O mundo mudou drasticamente desde que a Anistia Internacional começou a denunciar práticas de tortura no auge da Guerra Fria na década de 60. Mas as práticas de tortura continuam e não estão limitadas a regimes autoritários, militares ou ditatoriais. A tortura também é praticada em países democráticos. Está provado que as vítimas de tortura são tanto os suspeitos de crimes quanto os prisioneiros políticos, as pessoas que estão em situação de desvantagem e os dissidentes, pessoas perseguidas por sua identidade ou por suas crenças. São mulheres, homens e crianças.

O levantamento feito pela Anistia Internacional mostra que, atualmente, criminosos comuns e suspeitos de crimes são as vítimas mais frequentes da tortura praticada por agentes governamentais. Há informações de que eles foram submetidos a tortura e maus-tratos em 130 países desde 1997. Também há denúncias de tortura e maus-tratos impostos a prisioneiros de guerra em mais de 70 países durante o mesmo período e contra manifestantes pacíficos em mais de 60 países.

A campanha da Anistia Internacional pretende combater a tortura praticada pela polícia durante o período de investigação ou na manutenção da ordem pública, a tortura e os maus-tratos nas prisões, a tortura como punição judicial e a tortura em conflitos armados. A campanha também procura erradicar outras formas de violência que ocorrem dentro das casas ou na comunidade que, pelos padrões internacionais, têm características de tortura, mesmo não sendo praticadas por agentes governamentais.

ORELHA



Como e por que ler

Harold Bloom
Mais recente livro do polêmico crítico literário norte-americano Harold Bloom. Faz uma defesa do cânone ocidental ao mesmo tempo que dispara contra seus alvos preferidos: os intelectuais pertencentes ao que ele chama de "Escola do Ressentimento". Editora Objetiva. R\$ 29,90. 275p.



Marxismo, Modernidade, Utopia

Michael Löwy e Daniel Bensaïd
Livro reúne uma série de artigos que propõem uma renovação profunda do marxismo. O sociólogo brasileiro Michael Löwy e o francês Daniel Bensaïd visualizam "novos caminhos para a luta anticapitalista". Editora Xamã. R\$ 25,00. 271p.


Educação Musical em Países de Línguas Neolatinas

Org. Liane Hentschke
Livro com oito textos de profissionais da área musical. Trata do sistema de educação musical em países de línguas neolatinas e surgiu a partir do Primeiro Encontro Latino-americano de Educação Musical. Editora da Universidade. R\$ 15,00. 163p.




WWW

Comunicação

 www.apc.org
ONG que trata de comunicação. Além de lutar pela democratização da Internet, tem calendário e lista de discussão de eventos relacionados a direitos humanos, comunicação, meio ambiente etc (espanhol e inglês).

Movimentos

 www.movimientos.org
Portal intitulado comunidade web de movimentos sociais. Traz links para diversas ONGs latino-americanas.

A quase refundação do Equador

Cristina Lima



Gutiérrez: No Equador, mais grave que o problema econômico, é o problema ético e moral

Para Lucio Gutiérrez, "as Forças Armadas só têm sentido quando defendem o seu povo e a sua nação". Por isso, o coronel equatoriano apoiou o levante popular de 21 de janeiro de 2000, que depôs o presidente Jamil Mahaud. Em seu lugar, assumiu a Junta de Salvação Nacional, da qual Gutiérrez fez parte. Os revoltosos pensavam em ficar meio ano no poder, prender banqueiros e políticos corruptos e, depois, convocar novas eleições. Menos de 24 horas depois de tomar Quito, uma conspiração abortou os planos do povo para o futuro do Equador, dando posse a Gustavo Noboa, vice de Mahaud. Nesta entrevista, o militar insurgente - hoje na reserva - conta como foram aqueles momentos da quase refundação do Equador.

Wilson Biavatti Sobrinho e Daniel Merli

disse que, se achavam que Mendonza levaria à frente as mudanças, eu deixaria o cargo. Às quatro horas da madrugada, quando cheguei em casa, minha mulher disse que Mendonza havia renunciado. Eu não podia acreditar. Conversei com alguns outros oficiais e decidimos ir ao Palácio para saber o que acontecia. Às seis horas, indo para o Palácio, dois veículos me interceptaram. Estavam armados com fuzis, seqüestraram-me e deixaram-me incomunicável por mais de três dias. O lamentável é que isso ocorreu por minha culpa e por minha ingenuidade. Por falta de experiência política, o Equador perdeu uma oportunidade histórica de mudar.

Adverso - Qual é a possibilidade de acontecer novamente um levante como o de 21 de janeiro?

Gutiérrez - *A situação continua insuportável no Equador, por isso a revolta pode repetir-se. A situação continua a mesma. Queríamos recuperar a soberania nacional. Pensávamos em recuperar a dignidade equatoriana. Desde lá, a corrupção mantém-se ou até piorou. Os banqueiros e políticos corruptos continuam soltos. Além disso, os movimentos indígena e social ampliaram as bases e as mobilizações. Quero ressaltar que a falta de governabilidade não é provocada pelos indígenas ou movimentos sociais. Esse problema é causado porque nossas autoridades não governam em be-

enviei três relatórios a meus superiores em 99 para informar da possibilidade de um golpe. Dizia que era um dever das Forças Armadas exigir que o presidente mudasse a sua forma de governar.

Um diferencial do Equador é que o nosso Exército está constituído por gente de classe média, entre os oficiais. E na tropa, pelas classes média-baixa e baixa. Há indígenas. Ao ficarmos nos pontos mais afastados e pobres do país, acabamos tendo um contato direto com os indígenas, dando aulas nas escolas, construindo redes sanitárias. Isso foi decisivo para que, havendo guerrilha na Colômbia e Peru, não acontecesse o mesmo no Equador. Houve alguns focos de guerrilha, mas há uma ligação muito forte entre o Exército e os indígenas. É por isso que, nos últimos dez anos, as pesquisas indicam que as Forças Armadas são a instituição com mais credibilidade no país.

Adverso - De onde vem a politização dos indígenas?

Gutiérrez - Eles têm uma organização muito bem estruturada que é a Conaie, apresentando plataformas de luta e reivindicações. Os indígenas resolveram se levantar contra as injustiças. E nós, do Exército, tivemos de seguir o seu caminho. Se não fizessemos isso, seria um ato de deslealdade.

A missão das Forças Armadas é defender os seus países. Não podemos nos tornar cúmplices da destruição de nossas nações. No Equador, já pagamos 58 bilhões de dólares de uma dívida original de 17,4 bilhões. Essa é a dívida legal, mas ilegítima, que foi adquirida na época da ditadura. Cerca de 54% do Orçamento Nacional vai para o pagamento da dívida. A educação recebe apenas 7% do orçamento, o que é um crime.

Adverso - Qual a influência do Plano Colômbia sobre o Equador?

Gutiérrez - Com a intervenção militar, uma grande quantidade de pessoas deve fugir para o Equador e outros países vizinhos. No Equador, não há trabalho para mais uma dezena de milhares de desafortunados. Além disso, o uso de fungicidas para acabar com as plantações de coca vai causar um dano terrível à biodiversidade. Essas substâncias podem ser transmitidas pelos rios para toda a Amazônia. Outro problema é a migração de narcotraficantes para nossos países. Isso pode transformar-se em um novo Vietnã.

***Nota da redação:** No aniversário da revolta de 21 de janeiro, Quito voltou a ser campo de batalha entre indígenas e forças do governo, assim como previa Gutiérrez. Em 11 de fevereiro, Noboa e os líderes do novo levante, assinaram um acordo onde o governo se compromete a rever o preço dos combustíveis, reduzir em 50% as tarifas de transporte público para aposentados e estudantes, apoiar a descentralização do poder no país, revitalizar o banco de fomentos, anistiar todos os presos políticos e indenizar as famílias das vítimas dos confrontos entre 21 de janeiro e 9 de fevereiro deste ano. Em contrapartida, os indígenas se comprometeram a terminar os movimentos rebeldes no país. A íntegra está em www.conaie.org.

“ A independência da América Latina foi uma luta contra governos que eram legais, mas não legítimos. É isso que nos inspira ”

nefício do povo. A independência da América Latina foi uma luta contra governos que eram legais, mas não legítimos. Essa é a ação que inspira o que ocorreu em 21 de janeiro.

Adverso - Você sofreu alguma punição?

Gutiérrez - Fiquei preso 138 dias. Fui colocado na reserva do Exército. Estou agora desempregado. Pouco antes da rebelião, recebi uma proposta de morar nos Estados Unidos, onde seria promovido a general. Mas não aceitei. Prefiro ficar e lutar no Equador. As Forças Armadas só têm sentido quando defendem o seu povo e a sua nação. Nós não podemos continuar sendo usados pelas oligarquias, por governos corruptos.

Adverso - No começo do século 20, militares latino-americanos estiveram à frente das correntes progressistas. Nas décadas de 60 e 70, com as ditaduras em todo o continente, assumiram posições mais conservadoras. Agora, em países como Equador e Venezuela, voltam a estar do lado dos movimentos populares...

Gutiérrez - É que chegamos a tal estado de degradação moral que precisamos tomar uma posição. Eu mesmo

AD **verso - Como foi o levante de 21 de janeiro de 2000?**

Lucio Gutiérrez - Quando chegamos ao Congresso, em 21 de janeiro, às 9 da manhã, instalou-se o Parlamento Nacional dos Povos do Equador, com dez representantes para cada uma das 22 províncias do país. O Parlamento, por sua vez, nomeou uma Junta de Salvação Nacional, formada por mim; Antonio Vargas, líder da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie) e Carlos Solórzano, ex-presidente da Corte Superior de Justiça.

Houve uma grande festa nacional, o povo dançava e cantava nas ruas. Em 18 províncias, as prefeituras foram tomadas. Tivemos também o apoio do Exército, da Aeronáutica e de, pelo menos, metade da Marinha. À tarde chegaram ao Congresso três coronéis, que vinham aderir ao nosso movimento - pelo menos era o que pensávamos. Não sabíamos que eles vinham cumprir uma ordem do general Carlos Mendonza.

Iríamos formar um gabinete de ministros e começar a elaborar os primeiros decretos. Queríamos ficar uns seis meses, mais ou menos, e prender todos os banqueiros e políticos que haviam levado o dinheiro do povo. Fazê-los devolver o dinheiro, promover auditorias nas instituições financeiras que haviam recebido dinheiro do Estado. Queríamos também mudar a Justiça, monopolizada por um partido político de direita. Mudar também os tribunais eleitorais, que estão constituídos pelos representantes dos partidos políticos, sendo ao mesmo tempo juízes e parte das eleições.

Adverso - Qual o motivo do levante?

Gutiérrez - No Equador, mais grave que o problema econômico, é o problema ético e moral. Queremos recuperar a auto-estima do povo, refundar o país. Queremos novas eleições, com condições iguais de disputa entre quem têm dinheiro e quem não têm.

Por isso ficamos no Congresso. Mas os coronéis queriam formar um governo militar. Os indígenas reagiram, lembrando que o Exército ia apenas ajudar o movimento popular, não controlá-lo. Não chegávamos a um acordo. Então, os generais foram para uma sala e os coronéis, com os indígenas, para outra. Eles (coronéis) diziam que a melhor solução seria deixar o controle da situação nas mãos do general Mendonza. A princípio eu resisti, porque duvidávamos que o general teria coragem de levar à frente as mudanças que o povo exigia. Os coronéis insistiram muito e, por um momento, eu pensei que estava sendo muito ambicioso. E